

Discursos sobre a juventude rural participante de Clubes 4-S (1959-1977)¹

Claiton Marcio da Silva
Mestre em História – UFSC

[...] A teletela recebia e transmitia simultaneamente. Qualquer barulho que Winston fizesse, mais alto que um cochicho, seria captado pelo aparelho; além do mais, enquanto permanecesse no campo de visão da placa, poderia ser visto também. Naturalmente, não havia jeito de determinar se, num dado momento, o cidadão estava sendo vigiado ou não. Impossível saber com que frequência, ou que periodicidade, a Polícia do Pensamento ligava para a casa deste ou daquele indivíduo. Era concebível, mesmo, que observasse todo mundo ao mesmo tempo. A realidade é que podia ligar determinada linha no momento que desejasse. Tinha-se que viver – e vivia-se por hábito transformado em instinto – na suposição de que cada som era ouvido e cada movimento examinado, salvo quando feito no escuro (GEORGE ORWELL, 1984).

No regime político imaginado(?) por Orwell, na década de 50, a sombra do panóptico de Bentham encobria Londres. Pela “teletela”, a Polícia do Pensamento poderia vigiar sem ser vista, tal como imaginado pela arquitetura do panóptico. Para Orwell, o cidadão – cada vez com menor privacidade – sentia-se vigiado a todo o momento e em todo lugar, inclusive em sua própria casa. Tornou-se hábito para Winston (o personagem principal desta “fic-

ção”) esquivar-se do olhar do Grande Irmão (o responsável pela permanência do regime) espalhado em grandes cartazes ao longo da cidade, e cujo olhar acompanhava as pessoas em todo o momento; tornou-se hábito esquivar-se do aparato de vigilância para cometer “crimes” de questionamento do regime; tornou-se hábito ser astuto e não deixar vestígios que o pudessem comprometer; enfim, tornou-se hábito para este desviante, tentar permanecer vivo.

O Grande Irmão e todo o seu aparato vigiam os “indivíduos”, de forma a controlar as ações, discipliná-los. Mas mesmo neste sistema ocorrem “desvios” de conduta ao longo do processo. Porém, se detectado este desvio de comportamento, ocorre a punição (ou melhor, a “pulverização”) do “indivíduo”. A punição nesta sociedade vigilante, que procura corrigir (talvez eliminar neste caso) os comportamentos desviantes, é um discurso vampirizado do panóptico de Bentham por vários segmentos (instituições) da sociedade moderna. Mas mesmo na sociedade moderna, a conduta “errônea”, o desvio também fez parte de sua história. Por isso, foi necessário empreender técnicas de controle.

Neste artigo pretendo discutir sobre a proposta dos Clubes 4-S (seu discurso) e as estratégias utilizadas para a formação e controle de um novo agricultor através desses trabalhos. Considero o período entre 1959 e 1977, a partir da publicação de manuais e relatórios tanto em nível nacional como regional.

Agricultura, juventude e os Clubes 4-S

Os Clubes 4-S estiveram inseridos nas estratégias de modernização da produção agrícola brasileira², e tiveram seu auge em Santa Catarina na década de 70, através da ACARESC (Associação de Crédito e Extensão Rural de Santa Catarina). A sigla 4-S significa *Saber, Sentir, Servir e Saúde*, ou seja, conforme o juramento prestado pelos jovens que fizeram parte desses clubes, essas palavras adquirem a seguinte tonalidade:

Minha cabeça para SABER claramente
Meu coração para SENTIR maior lealdade

Minhas mãos para SERVIR mais e melhor
Minha SAÚDE para uma vida mais sã
Com meus 4-S, meu lar, minha comunidade
e minha Pátria³.

Estes Clubes são “filhos adotivos” da ACARESC, empresa responsável pela implantação e desenvolvimento dos trabalhos de Extensão Rural no Estado de Santa Catarina. A matriz destes clubes é norte-americana (os Clubes 4-H's), e pretendeu servir como um elo entre o conhecimento científico e sua aplicação na agricultura “arcaica”³.

A agricultura representou no Brasil, a partir da década de 50, um “entrave ao progresso”. Dentro dessa lógica, foi necessário investir em tecnologias, foi preciso modernizar... mas, sobretudo, criou-se uma necessidade de formar um novo sujeito, um outro agricultor, apto para a lida com as novas técnicas e tecnologias. No discurso da ACARESC se fez presente a idéia de que é o jovem que leva a modernidade ao campo. Verdadeiros *slogans* circulavam no discurso que tratava do jovem rural, como por exemplo, “os jovens aprendem mais fácil e rapidamente”, ou que “a juventude deseja mudar e está disposta a provar as coisas novas”, ou ainda que “os jovens tem à sua frente muitos anos produtivos”⁴. Esse era o discurso articulado e autorizado no início da década de 60 e que perpassou esta década, propagado por sujeitos que tiveram como meta levar adiante idéias de que o jovem rural é o sujeito capaz de saber, de aprender e intervir para mudar a realidade do campo. A juventude rural brasileira também se constituiu como metáfora de mudança:

Dada a evolução dos anos 60, dentro da família o jovem assume um lugar de destaque, fazendo com que suas idéias sejam aceitas. Chegando a mudança no meio rural facilita a inovação dentro do trabalho dos pais pelas mensagens que o filho leva a família, devido a sua voz ativa dentro de sua organização primária. Preocupando-se com o futuro da humanidade, no Brasil desenvolve-se uma campanha global de evolução. Dentro do estado, sem dúvida pode-se incluir entre os trabalhos educativos o trabalho com juventude rural⁵.

Para o discurso extensionista, o jovem possuía “voz ativa” dentro da organização familiar, e dessa forma podia constituir-se como instrumento privilegiado para difundir novas técnicas e tecnologias. O discurso caracterizava a figura do jovem a partir de acontecimentos que marcaram a década de 60 (O “maio de 68” francês, o festival de Woodstock, por exemplo), ou seja, o jovem era uma figura que estava se transformando, que estava “evoluindo”, sendo aceito (incluído nos debates familiares pelas suas idéias) e por isso passou a ser caracterizado como agente de mudança pela Extensão Rural.

Não considero a Extensão Rural e, por conseqüência, os Clubes 4-S, como um único discurso, e sim vários discursos que permeiam esse instrumento extensionista. Posso focalizar em vários momentos o discurso modernizador, mas muitos outros discursos se relacionam na formação desses jovens. Aliados a práticas discursivas (o moderno, a higiene, por exemplo), estão as práticas “não-discursivas” (como por exemplo, as instituições, os processos econômicos e sociais, as formas de comportamento, os sistemas de normas, etc.), para buscar as “condições de emergência” de um discurso. Afinal, ao analisar o discurso extensionista, não posso considerá-lo como uma totalidade, como um centro que determina seu funcionamento e o funcionamento de outros discursos e práticas não-discursivas⁶. O discurso da Extensão Rural se apropria do significado de vários outros discursos como uma de suas condições de existência.

Os Clubes 4-S e sua proposta

O Clube de Trabalho 4-S foi o instrumento extensionista que objetivava o trabalho com a juventude rural. Agrupava os jovens rurais de ambos os sexos, os quais anualmente escolhiam uma diretoria. Enfim, constituiu-se num agrupamento onde os jovens encontravam “oportunidades para desenvolverem suas personalidades”, através de atividades sociais (palestras, demonstrações, exposições, excursões, festas, etc.) e pela aquisição de “conhecimentos agro-pastoris e de economia doméstica”⁷. Em julho de 1952, na

localidade de Igrejinha, município de Rio Pomba (MG) foi organizado o primeiro Clube 4-S no Brasil, e essa data (quinze de julho) passou a ser comemorada como o Dia Nacional dos Clubes de Trabalho 4-S.

A ABCAR (Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural), no mês de julho de 1959 procurou controlar as experiências até então realizadas com Clubes 4-S no Brasil. Essa não era a única forma de trabalho com juventude do campo no Brasil, e, portanto, para constituir-se como legítimo “tutor” desses, necessitava homogeneizar suas ações. Nesse período, além dos Clubes 4-S, eram realizados trabalhos com Clubes sob orientação do Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura. Essas agremiações distinguiam-se dos 4-S por serem vinculadas aos estabelecimentos de ensino rural, enquanto que estes eram ligados aos Serviços de Extensão Rural e desenvolviam projetos nas propriedades onde viviam.

Dentro das experiências realizadas com os clubes ao longo da década de 50, exigiu-se a elaboração de um manual, de forma a orientar e uniformizar os trabalhos com a juventude rural. Como coloquei anteriormente, esse material foi impresso em julho de 1959, e trouxe muito daquilo que procurou ser realizado com os Clubes 4-S. O manual procurou definir uma “filosofia” e os objetivos do trabalho, bem como sua justificativa. A base “filosófica” desse primeiro material produzido foi mantida no caso catarinense, como pode-se observar na reedição do ano de 1973, em que os textos foram modificados, porém o conteúdo continuou fiel ao original de 1959.

Na introdução, o manual se colocou como “um guia geral e suas recomendações (devem ser) adaptadas às condições locais específicas de cada Estado”. Ao produzir um material em escala nacional (no caso da ABCAR) ou estadual (no caso da ACARESC), como forma de orientar os trabalhos quatroessistas, surgiu a necessidade de normatizar as atividades relacionadas aos Clubes 4-S, objetivando o mínimo possível de improvisado. Também procurou-se qualificar os locutores do discurso:

Desde 1953, quando se iniciou no Brasil o movimento de Clubes 4-S (Saber, Sentir, Servir e Saúde), não foi possível difundir, em escala nacional, sobre os princípios fundamentais, a filosofia e as normas desse trabalho. Os técnicos que, nas Filiadas à ABCAR, se dedicam a estas atividades, tem sentido tal lacuna e manifestado interesse em dispor de elementos seguros de orientação que facilitem a expansão dos programas relativos à juventude rural¹⁰.

Assim segue o manual, orientando as ações que se baseiam na “experiência brasileira até agora adquirida [...]”¹¹. Porém, com todos os relatos sobre a influência e o interesse norte-americano nos trabalhos com juventude rural (Fundações Rockefeller, Ford, etc.), no início da década de 60 pode-se observar que a experiência brasileira “necessitava” ser acompanhada de perto. Assim, as orientações da Extensão Rural, esboçando caminhos para a modernidade no campo, traziam consigo a característica e a necessidade de homogeneidade:

Terão, assim, todas as Filiadas o mesmo instrumento básico para o trabalho de Clubes 4-S. É lícito esperar que, adotando princípios e diretrizes idênticos, os programas tenham desenvolvimento uniforme, se tornem mais fortes, recebam mais rapidamente novas idéias, obtendo assim, em menos tempo, o necessário conhecimento, respeito e cooperação do público¹².

O trabalho de Clubes 4-S constituiu-se como parte integrante de um Serviço de Extensão Rural, visando preparar a juventude para “cumprir os seus deveres para com a família, a comunidade e a pátria”¹³. Uniformizar (primeiramente as ações), responsabilizar os jovens para cumprir seus “deveres” eram apenas duas das características iniciais desse tipo de trabalho. Como “Filosofia” dos Clubes 4-S, este define:

Fundamenta-se no princípio de ajudar o homem a ajudar-se a si mesmo, a desenvolver-se integralmente, capacitando-o a arcar com a parcela de responsabilidade que lhe caberá no futuro, como membro de uma comunidade democrática¹⁴.

Jovem, autônomo, democrático, capacitado... Essas eram outras características do discurso quatroessista, que num processo de formação de novos sujeitos primeiramente procurou fixá-los ao campo, dar-lhes autonomia em relação a seu próprio conhecimento (questionar os saberes costumeiros), fazê-los responsáveis para produzir o suficiente para que a agricultura deslanchasse frente ao processo de industrialização. Mas também era necessário tornar-se legítimo, afinal, a democracia (conforme a concepção da Extensão Rural) podia servir como uma estratégia para legitimar um trabalho, sem a obrigatoriedade, por exemplo, do exército e da escola.

Esse instrumento da Extensão Rural não esteve vinculado à escola, e não se constituiu como prática curricular, mas sim numa atividade extra-classe. O trabalho em Clubes 4-S proporcionava, segundo o manual, “uma modalidade prática e objetiva de educação, que vem complementar a instrução recebida na escola e a educação tradicional da família”¹⁵. Mas esse tipo de saber tratado pela Extensão Rural tentou, através de seu discurso, deslegitimar a escola (e o professor) e a família como instituições responsáveis pelo ensino do jovem do campo, e procurou colocar-se como responsável pelo desenvolvimento de outras noções de saber:

A efetividade do extensionista como agente de mudanças na agricultura é considerada como um fato comprovado. A do professor rural é posta em dúvida por alguns investigadores. Alers Montalvo, em investigação que realizou em Turrialba, Costa Rica, concluiu que a comunidade formava uma imagem negativa do professor como pessoa que lhe pudesse ensinar agricultura¹⁶.

Já no início da década de 70 esta idéia pôde ser percebida num plano que norteava os trabalhos de Extensão Rural no Estado de Santa Catarina:

No Estado, a função educativa da juventude não atingiu índices desejados. No meio rural, especialmente, os pais são os instrutores na primeira fase da vida do jovem. Transmitem as experiências adquiridas e seus próprios padrões culturais, muitas vezes conflitantes com os

valores que se pretende introduzir. Na agropecuária e nas tarefas domésticas os conhecimentos transmitidos pelos pais conservam sua importância constituindo barreiras à introdução de uma nova tecnologia. Todavia, à medida que evolui o meio, há mudanças desta situação e os pais se apercebem da necessidade de confiar seus filhos a orientadores mais competentes, como forma de complementação indispensável à educação do lar¹⁶.

Para a Extensão Rural, a educação do jovem pelos pais não vinha ao encontro do estágio em que a agricultura adentrou. O choque cultural entre aquilo que o saber costumeiro contém e os valores que se pretendeu introduzir precisou ser amenizado. Primeiramente na estratégia da ACARESC, tornou-se necessário desqualificar tal saber costumeiro, para em seguida, legitimar-se como responsável pelo ensino dos jovens rurais. Aqui poderíamos discutir sobre a idéia de “des-envolvimento”¹⁷. Desenvolver significa tirar do invólucro, desligar-se, ultrapassar os limites impostos pela natureza. O conhecimento tradicional é marcado por um grande respeito a esses limites, que, com a ajuda dos agrotóxicos, adubos químicos e maquinário, acreditavam os arautos da Revolução Verde que esses limites poderiam ser ultrapassados. Assim, também se tornou preciso “dês-envolver” o jovem de sua cultura tradicional.

Os Clubes 4-S constituíram-se, enfim, como “trabalho educativo, realizado em grupos mistos, que dá aos jovens a oportunidade de aprender fazendo, através dos projetos individuais e de atividades em conjunto”¹⁸. Dentro das atividades desenvolvidas pela Extensão Rural, o grupo misto, que reunia meninos e meninas, também compartimentava os saberes. Afinal, os meninos têm noções sobre o trabalho na lavoura, aprendem a lidar com os fertilizantes, entre outras atividades “masculinas”, tal como o trabalho “pesado” na roça. Já com as meninas, além da lida com a roça, as hortas, também recebem uma educação voltada ao lar, de como, por exemplo, preparar tortas, doces, compotas, além de cuidar de fermentos. Faz-se necessário informar que, apesar de meninos e meninas participarem das reuniões, as atividades práticas dos meninos eram orientadas pelo *extensionista rural*, e com as meninas, a orientação

dava-se por parte da *extensionista social*. A equipe de trabalho da Extensão Rural era constituída por um técnico de nível superior ou médio (veterinário, técnico agrícola, etc.) como extensionista rural; uma economista doméstica de nível médio (magistério) para o cargo de extensionista social; uma secretária e um jipe (automóvel que facilitava o acesso às comunidades rurais). O técnico realizava atividades com agricultores e filhos de agricultores enquanto a economista doméstica trabalhava com senhoras e moças. Enquanto os homens recebiam orientação em relação ao trabalho com sementes e adubos, por exemplo, a economista doméstica realizava os seguintes trabalhos: Educação Sanitária (para o lar, propriedade e pessoas), proteção de nascentes e poços (para obter água potável), uso do filtro e água fervida, construção de privadas, buraco para o lixo. Observa-se abaixo a divisão entre lavoura (atividade masculina) e horta (atividade feminina):

O sócio Normelio Bonadiman, contou como iniciou, fez e está a sua lavoura demonstrando estar satisfeítíssimo. Mais (sic) a sócia Inês Gasparetto contou como está a sua horta. Diz estar dando resultados positivos. E também está contente com o seu trabalho¹⁹.

Nesse sentido, a lavoura significa o mesmo que “atividades masculinas”, sendo que a horta, a higiene e outras atividades relacionadas ao lar estão ligadas à idéia de “atividades femininas”. Enfim, o discurso extensionista se coloca como um espaço de educação, que pretende estabelecer uma noção de conhecimento diferente de seus pais e dos jovens “não-quatroessistas”; conhecimento este demonstrado pelos resultados atingidos (através dos concursos de produtividade, das lavouras coletivas de demonstração). Entretanto, apesar de “inovador”, esse discurso mantém as tradicionais diferenciações de gênero, presentes na agricultura familiar, segundo as quais a lavoura é o espaço masculino, e a horta é o espaço feminino. Também se baseia no “praticar a agricultura”, pois a realização de uma lavoura individual e outra coletiva é o espaço que o jovem tem para colocar em ação seus conhecimentos. A própria lavoura individual pode constituir-se numa forma de incentivar a

responsabilidade do jovem sobre a produção, controlar não somente sobre o que este cultiva ou deixa de cultivar, mas também controlar sua ociosidade.

O Manual dos Clubes 4-S foi reeditado várias vezes, sofrendo algumas alterações, mas o seu conteúdo, sua "filosofia" e seus objetivos permaneceram fiéis ao manual original, da década de 50. Como aspectos vantajosos do trabalho com a juventude, o manual destaca alguns pontos:

- 1) É mais fácil moldar a mentalidade ainda em formação dos jovens, do que mudar as idéias já sedimentadas dos adultos.
- 2) Podemos conseguir mudanças de atitudes de adultos através do trabalho com jovens.
- 3) Quando se trabalha com um jovem, prepara-se um elemento que tem, praticamente, toda uma vida produtiva a serviço de uma nova idéia. Com adultos, o tempo é mais limitado.
- 4) O trabalho bem orientado, a partir da juventude, no sentido de tornar a vida do campo mais aprazível, gera o amor às lides agrícolas, fixando as populações rurais e reduzindo o êxodo²⁰.

A meu ver, a principal finalidade de trabalhar a juventude rural não se constituiu em simplesmente controlar ou manter o jovem no campo (mantê-lo "alienado" politicamente ou evitar o êxodo), mas o discurso estava fundamentado de forma muito clara na constituição de um novo sujeito. É esse novo sujeito que deveria ser responsável para com sua família, pátria, comunidade, clube, etc. É um sujeito que "é mais fácil moldar sua mentalidade". Nessa constituição de um novo sujeito pode-se pensar em fixá-lo no campo, utilizando-se de estratégias para atingir outros objetivos. Mas, primeiramente, é necessário constituir um sujeito apto para lidar com a modernização que adentra pelo campo. É necessário, conforme o discurso da Extensão Rural, "moldar" um novo jovem, para que seu conhecimento chegue até sua propriedade e seja expandido para a comunidade, e assim por diante. Conforme visto anteriormente, este jovem deve combater o conhecimento tradicional herdado dos pais, e mudá-lo ao longo de sua vida produtiva.

O trabalho com a juventude rural não escapou das práticas disciplinares. Tendo em vista que a disciplina é a técnica de controle

do indivíduo, bastou à Extensão Rural empreender uma organização (os Clubes 4-S) que pudesse controlar os detalhes, ou seja, controlar desde o corpo do agricultor até suas maneiras de lidar com a agricultura. Assim, a articulação de um discurso procurou gerar práticas de controle desses indivíduos, o que auxiliou na constituição do novo jovem. O discurso procurou formar um jovem “autônomo” em relação à sua produtividade, mas que era acompanhado, vigiado, que tem controlado suas atividades, sua ociosidade, seu lazer e seu relacionamento com os outros jovens.

A ACARESC, no caso catarinense, constitui-se como o sujeito do discurso, como agente capaz de levar o desenvolvimento ao campo, de ensinar aos jovens, etc. Era a voz da verdade frente ao contexto desenvolvimentista que procurava romper com o “atraso”. Constituiu-se como legítimo, como autoridade neste assunto. É necessário, também, garantir a legitimidade do discurso pela autoridade ausente, ou seja, aquilo que se fala não é conhecimento apenas do sujeito falante (conhecimento do extensionista, por exemplo), mas da instituição que ele representa (a ACARESC). O extensionista falava em nome da ACARESC, e não por si próprio.

Uma outra questão é que as concepções que constituíram os Clubes de Trabalho 4-S são colocadas como pedagógicas:

A juventude rural geralmente não conta com as vantagens que gozam seus irmãos da cidade. Dispõe de menos lugares de reunião, possuem menos atividades sociais. Portanto, qualquer programa que os reúna com a finalidade de ensinar-lhes coisas úteis, para fazerem amizades ou para que divirtam-se de forma sadia, cumpre uma necessidade vital em nossas vidas. Os especialistas da Extensão, asseguram que a juventude rural corresponde aos ensinamentos. Aprecia a atenção que se lhe dispênde. *Não quer conformar-se com o medíocre, como geralmente sucedia com seus antecessores* (grifo meu). Quando se lhe oferece esperança, aceita a oferta com entusiasmo e com fé²¹.

O programa 4-S ensina, pratica, demonstra, instrui os jovens. Assim, o discurso recebeu o atributo de inquestionabilidade, garantida por sua função pedagógica²². Mas esta pedagogia pretendeu romper com os saberes costumeiros, “mediócras”, conforme a

citação, e que não interessam mais nesse processo de modernização. O discurso extensionista pretendeu impor responsabilidades aos agricultores quanto ao seu trabalho; pretendeu regular a vida coletiva desses, definindo os espaços e os deveres. E para estabelecer formas de controle dessa mesma vida coletiva, procurou, enfim, formar uma nova “mentalidade”, e para isso, o jovem rural foi um dos objetos desta investida.

Considerações finais

A Extensão Rural trouxe consigo a idéia de mudança, seja ela de hábito, comportamento, tecnologia, etc. A principal finalidade em direcionar ações extensionistas para a juventude rural, através dos Clubes 4-S, não se constituiu simplesmente em evitar o êxodo: o discurso da Extensão Rural fundamentou-se de forma muito clara na constituição de um novo sujeito. Um sujeito que deveria estar atento para as novas técnicas e tecnologias de produção destinadas ao campo.

O Estado, através de seus colaboradores (aqui coloco a ACARESC), procurou incentivar a formação de novos sujeitos para o campo brasileiro. Se no final da década de 60 foi visto que o jovem (o *teenager* norte-americano) constituiu-se num “problema”, em uma categoria diferenciada que fugiu do controle de pais, educadores e autoridades, é importante ser pensado que foi no início da década de 70 que surgiram práticas efetivas para a formação de Clubes 4-S no Estado de Santa Catarina. Esse jovem precisou ser controlado para garantir o sucesso das ações extensionistas.

A Extensão Rural, ao investir seu olhar nesse projeto de Clubes 4-S, transformou o jovem rural em objeto a ser estudado: (1) precisou-se saber sobre ele, e (2) para que ele soubesse. Tornou-se necessário investigar sobre seus hábitos, seu comportamento, e assim investir em ações para “conquistá-lo” (legitimar o trabalho da Extensão Rural com juventude). Num outro momento, procurou-se introduzir conhecimentos “modernos” para os jovens. Pretendeu-se fixá-lo ao campo, torná-lo responsável pelo sucesso (ou fracasso) da agricultura brasileira. Bastaria plantar, segundo o discurso

oficial, que o governo garantiria o que mais fosse necessário. Porém, plantar naquele momento significou utilizar-se de sementes selecionadas, adubação química, tratores, colheitadeiras, enfim, “novidades” que o jovem precisou de técnica para lidar com essas tecnologias que adentraram no campo.

Ainda existem Clubes 4-S no Estado de Santa Catarina, porém, oficialmente não fazem parte da EPAGRI, embora recebam assistência técnica dessa instituição. A força que essa forma de organização teve em alguns municípios mostra que os jovens e outras entidades procuraram se organizar para levar adiante seus projetos. Hoje, a EPAGRI desenvolve o projeto Pró-Jovem (rural e pesqueiro), como disse anteriormente, com caráter *motivador*.

Assim, a idéia de que a juventude rural é a semente que planta, sob o céu anil, o progresso da nação²³ transforma-se, mas resiste ao tempo.

Notas

1. Versão modificada da dissertação de mestrado intitulada **Saber, Sentir, Servir e Saúde: a construção do novo jovem rural nos Clubes 4-S, SC (1970-1985)**.
2. GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e agricultura no Brasil**. Política agrícola e modernização econômica brasileira (1960-1980). São Paulo: HUCITEC, 1997. Considero este um dos caminhos para melhor visualizar os debates acadêmicos em relação à agricultura nos anos 60, 70 e 80 e suas formas de aplicação através dos planejamentos governamentais.
3. ACARESC. Juramento dos jovens quatroessistas. In: **Relatório da II convenção inter-regional de Clubes 4-S**. Palmitos: ACARESC, 1977.
5. A Extensão Rural objetivou, ao longo de sua existência, difundir tecnologias e conhecimentos técnicos aos agricultores. A agricultura brasileira foi considerada “atrasada” e por isso vários investimentos foram feitos para levar a “modernidade” até o campo.
6. JONES, Earl. Princípios em que se baseia o trabalho de clubes de jovens. In: **Workshop: seleção, uso e treinamento de líderes voluntários locais**. Domingos Martins (ES): 23 a 30 de setembro de 1962, p. 52.
7. ACARESC. **Relatório da II convenção inter-regional de Clubes 4-S**. Palmitos (Ilha Redonda), 15 de nov. de 1977.
8. COSTA, Eleonora apud ORLANDI, Eni. Sobre o acontecimento discursivo. In: SWAIN, Tânia Navarro (Org). **História no plural**. Brasília: UNB, 1994, p. 192-193.
9. ACARESC. **Manual dos clubes de trabalho 4-S**. Florianópolis: ACARESC, julho de 1973, p. 2. (reimpressão)
10. *Ibidem*, p. 2.
11. ABCAR. **Manual dos Clubes 4-S**. Rio de Janeiro: Série E – nº 1, p. 5.
12. *Ibidem*, p. 5.

13. *Idem.*
14. *Idem.*
15. *Ibidem*, p. 09.
16. *Ibidem*, p. 05.
17. ABCAR. **Workshop: seleção, uso e treinamento de líderes voluntários locais.** Espírito Santo, 1962, p. 40.
18. ESTADO DE SANTA CATARINA. **Plano diretor de extensão rural.** 1970, p. 72.
19. Ver SACHS, Ignacy. O desenvolvimento enquanto apropriação dos direitos humanos. **Estudos Avançados** 12(33) 1998: 149-156, ou SHIVA, Vandana. **Abraçar a vida.** Mujer, ecología y supervivencia. Madrid: horas y HORAS, 1995 (1988).
20. ABCAR. **Manual dos clubes 4-S.** Rio de Janeiro: Série E – nº 1, p. 5.
21. CLUBE 4-S ALIANÇA JUVENIL. **Atas 1972-1977.** Ata 03 e 02 de dez. 1972.
22. ABCAR. **Manual dos clubes 4-S.** Rio de Janeiro: Série E – nº 1, p. 08.
23. FUNDAÇÃO FORD. **Anuário para a juventude rural das américas.** 1960, p. 9.
24. COSTA, 1994, p. 197.
25. Hino da Juventude Rural, de Luiz Lacerda e Concessa Lacerda.